



Av. Jerônimo Monteiro, n.º 96, Ed. Aureliano Hoffmann, Centro, Vitória/ES
CEP: 29.010-002
Fax (27) 3636-3907 - Tel (27) 3636-3905

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2014

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, doravante denominada SEFAZ, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", por meio do site: www.compras.es.gov.br, para **AQUISIÇÃO DE DISPENSADORES, UTENSÍLIOS DE COZINHA E ITENS GERAIS DE LIMPEZA**, conforme Processo nº63823012, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio do órgão promotor do certame, designados Portaria nº 34-S, de 20/02/2014, publicada em 21/02/2014, e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 2.458-R, publicado em 5 de fevereiro de 2010, subsidiariamente, pela Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar Estadual nº 618/2012, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA" constante da página eletrônica www.compras.es.gov.br.

1.3 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:00 horas do dia 29/08/2014.

1.4 - LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 10/09/2014.

1.5 - DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:01 horas do dia 10/09/2014.

1.6 - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 10:00 horas do dia 10/09/2014.

1.7 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@sefaz.es.gov.br

2 - DO OBJETO

Aquisição de materiais de dispensadores, utensílios de cozinha e itens gerais de limpeza, para atendimento à Secretaria de Estado da Fazenda, conforme lotes devidamente relacionados no anexo I, do presente edital.



3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O recebimento do objeto da presente licitação se fará na forma estabelecida no anexo I deste Edital.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do órgão promotor do certame, a cargo da conta de atividade 04.122.0800.2180, Elemento de Despesa nº3.3.90.30, Fonte 0101, do orçamento da SEFAZ para o exercício de 2014.

5 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à compra.

5.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

5.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.5 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.7 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

5.8 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.



6 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O contrato terá início na data do efetivo recebimento da ordem de compra, sendo com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

6.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

6.3 - Fica resguardado o prazo de garantia dos produtos adquiridos, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

7 - PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1- Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, desde que impostas pela própria Administração Pública Estadual;
- c) Estejam cumprindo a pena prevista no artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, ainda que imposta por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- d) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- e) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.



11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) Conduzir a sessão pública na internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção de senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se da chave de identificação (*login*) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação (*login*) ou da senha de acesso por interesse próprio;
- h) Submeter-se às exigências do Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, Decreto Estadual nº 2.849-R, da Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção do acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de *login* e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo *status* “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 – A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1. O licitante arrematante deverá indicar a marca do produto oferecido.

15.1.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que restará atendido o disposto no Decreto nº 2849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo da sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 - A proposta comercial arrematante deverá ser apresentada no prazo referido nos itens 17.3 e 17.4, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

a) Datilografá-la ou digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

b) Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

16.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.1.1 - O proponente cuja proposta contiver preços unitários e/ou global superiores ao admitido no edital será desclassificado.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.



16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - A fase competitiva da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que deverá comunicar aos licitantes, com antecedência mínima de um minuto, o encerramento e o início do tempo aleatório do sistema.

16.14 – No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.15 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.16 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta, prevista no item 16.15.

16.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.18 – Logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.18.1 – A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame.

16.18.2 – Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior.



16.18.3 – Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital.

16.18.4 – O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital.

16.18.5 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência.

16.18.6 – Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.19 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.20 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 - DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE ARREMATANTE

17.1 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação.

17.2 - Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço, em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências do edital, o licitante que ofertou o menor preço será declarado arrematante e será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação.

17.3 – A habilitação do licitante arrematante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo pregoeiro.

17.4 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC/ES, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, ou caso algum dos documentos de habilitação registrados no CRC/ES já esteja vencido, deverão ser apresentados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação pelo pregoeiro no sistema eletrônico, salvo a hipótese prevista na Lei Complementar Estadual nº 618/2012, facultando-se o envio por fax.

17.5 - O licitante que houver optado por não apresentar certidão de cadastro no CRC/ES deverá apresentar, em 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, quando da declaração



do arrematante, todos os documentos e anexos exigidos para habilitação, facultada a apresentação via fax na forma do item anterior.

17.6 – Em se tratando de Microempresa - MI, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 618/2012, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de serviço/fornecimento, e não para habilitação, devendo, contudo, o licitante, em tal caso, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.6.1. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal de MI, EPP ou MEI, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

17.6.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa e solicitação do pregoeiro.

17.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.10 – Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.11 – Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 – No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será



concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE COMPRA

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para receber a ordem de compra no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 – No ato de recebimento da ordem de compra, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.



19.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não receber a ordem de compra, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, observado o disposto no § 2º do item 20.2.

19.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC/ES e no SICAF, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

20.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado da ordem de compra, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o ajuste encontre-se parcialmente executado;

20.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

20.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o ajuste e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº 8.666/93;

20.2 - A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;



e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

20.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº8666/93;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº8.666/93;



f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

20.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

20.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

20.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 1 – R\$13.112,60 (treze mil, cento e doze reais e sessenta centavos).

Lote 2 – R\$22.385,14 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).

Lote 3 – R\$45.295,34 (quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos).

21.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.



21.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.9 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.9.1 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

21.10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.12 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.13 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.14 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.15 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.16 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.17 - A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.



21.18 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória (ES), 27 de agosto de 2014.

Patrícia Bravim Melotti
Pregoeira / SEFAZ-ES



ANEXO I

PREGÃO Nº 021/2014

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS:

LOTE Nº 01 – AQUISIÇÃO DE DISPENSADORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO OU REFERÊNCIA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
01	Dispenser papel higiênico; modelo: rolão; formato: circular; material: plástico ABS; capacidade: 1 rolo 300 ~ 500 m; abertura/fechamento: fechadura com chave; dimensões (a x l x p): 26,5 x 28,5 x 11,5 cm; cor: branco; características adicionais: com serrilhas nas extremidades para facilitar o corte de papel; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 60081.		130 Unidades	33,80	4.394,00
02	Dispenser papel toalha; modelo: interfolha; material: plástico ABS; acabamento: pintura; cor: branco; capacidade: 500 fl; formato: retangular; dimensões: 12,5 x 27 x 33,5 cm; abertura/fechamento: chave; acessório: visor do nível de papel; unidade fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 58400.		90 Unidades	33,80	3.042,00
03	Saboneteira com reservatório/dispenser; acionamento: pressão; material base: plástico ABS; material tampa: plástico ABS; capacidade refil: 800 ml; cor base: branco; abertura: chave segurança; dosagem por acionamento: 1 ml; dimensões (a x l x p): 25,0 x 12,3 x 12,5 cm; controle nível: visor frontal; acessório: bucha para fixação; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 58401.		90 Unidades	26,15	2.353,50
04	Dispenser para álcool gel: o dispenser deve conter visor frontal, que permita identificar a necessidade de substituição do refil antes que este fique completamente vazio; o design deve contemplar a facilidade na higienização e a segurança do usuário, apresentando-se na cor branca, com		90 Unidades	24,48	2.203,20



	cantos e bordas arredondados e contendo o mínimo possível de partes encaixadas/ fixadas/ montadas; a fixação deve ser feita: em parede; a partir de dois parafusos nº 6 ou 7; aplicados sobre buchas expansíveis, na parte traseira do aparelho, de modo a impedir a retirada do local sem a desmontagem do dispositivo; em superfície interna de viatura; a partir de quatro arrebites, compatíveis com a finalidade de impedir vibrações, na parte traseira do aparelho, impedindo a retirada do local sem a desmontagem do dispositivo; a refilagem deve ser de acordo com as características do dispenser, com adaptação adequada e justa, sem vazamentos, acionamento facilitado, no volume de 1 a 2 ml por acionamento; o dispenser deve permitir um mínimo de 800 acionamentos que devem ocorrer sem contato com as mãos (acionamento remoto). Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 47281.				
05	Dispenser em acrílico para copos de água descartáveis de 200 ml; estrutura fechada com sistema poupa-copo/alavanca; capacidade para 100 copos; tampa removível; acompanhado de parafusos e buchas para fixação em parede. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 16155.		30 Unidades	37,33	1.119,90

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 01 - R\$13.112,60 (treze mil, cento e doze reais e sessenta centavos).

LOTE Nº 02 – AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO OU REFERÊNCIA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
06	Bandeja; material: aço inox; acabamento: com brilho; formato: retangular; alça: sem alça; largura: aproximadamente: 275mm; comprimento: 400 mm; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 36586.		45 Unidades	35,96	1.618,20



07	Prato utensílio culinário ; tipo: raso; formato: circular; dimensão (d x h): 26 x 2 cm; material: porcelana de alta resistência; cor: branco; personalização: sem detalhes; borda: dupla; unidade de fornecimento: dúzia. Cód. SIGA: 74705.		15 Dúzias	101,40	1.521,00
08	Prato sobremesa ; formato redondo; material: porcelana; diâmetro: 20cm; altura: 2cm; cor branca; acessório: sem tampa; unidade de fornecimento: dúzia. Cód. SIGA: 52765.		30 Dúzias	59,28	1.778,40
09	Pano de prato ; material: 100% algodão; acabamento: embainhado nas laterais; características adicionais: absorvente, lavável e durável; cor: branca; dimensões: 60~70 cm de comprimento; 40~50 cm de largura; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 78104.		110 Unidades	2,51	276,10
10	Faqueiro ; conteúdo: 6 colheres de mesa, 6 garfos de mesa, 6 facas de mesa e 6 colheres de sobremesa; material do corpo: aço inoxidável; acabamento: polido; cor corpo: natural do material; perfil cabo: chato; material cabo: aço inoxidável; cor cabo: natural do material. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74706.		40 Unidades	47,96	1.918,40
11	Faca ; utilização: cozinha; material do corpo: aço inoxidável; dimensão: corpo de 200 x cabo de 100 mm; espessura: 2,0 mm; material do cabo: polioximetileno; cor do cabo: branco; decoração: sem decoração; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 57340.		02 Unidades	13,99	27,98
12	Pegador (utensílio culinário); material: aço inox; aplicação: massas e saladas; personalização: sem personalização; medida: 28 cm; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 85603.		02 Unidades	11,15	22,30
13	Conjunto de utensílios ; conteúdo: 01 espátula, 01 concha terrina, 01 colher de arroz, 01 pegador de massas e 01 escumadeira; material do corpo: aço inoxidável; acabamento: polido; cor corpo: natural do material; perfil cabo: chato; material cabo: aço inoxidável; cor cabo: natural do material. Unidade		02 Conjuntos	59,99	119,98



	de fornecimento: conjunto. Cód. SIGA: 74707.				
14	Placa/tabua corte (utensílio culinário); material: polietileno; cor: branco; cabo: 1 pega; espessura: 0,5 mm; dimensões (c x l): 50 x 30 cm; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 54354.		02 Unidades	78,00	156,00
15	Conjunto de baixelas (utensílio culinário); conteúdo: 01 colher para salada, 01 garfo para salada, 02 travessas rasas (23 e 27 cm) e 02 travessas fundas (23 e 27 cm); material: aço inoxidável; acabamento: polido; cor: natural do material. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74710.		02 Unidades	72,41	144,82
16	Colher para café ; em aço inox; liso; polido; de qualidade; resistente; medindo entre 8 e 9 cm. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 39883.		400 Unidades	1,04	416,00
17	Copo de vidro ; modelo: sem pedestal; formato: cilíndrico; acabamento: liso; cor: incolor; capacidade: 300ml; diâmetro: aproximadamente 65mm; altura: aproximadamente 130 mm; unidade de fornecimento: caixa 6 unidades. Cód. SIGA: 36585.		80 Caixas	12,12	969,60
18	Xícara para café ; com pires; em louça branca lisa; com borda grossa; formato cilíndrico; capacidade 75ml aproximadamente. Unidade de fornecimento: dúzia. Cód. SIGA: 39886.		25 Dúzias	93,60	2.340,00
19	Xícara para chá ; com pires; em louça branca lisa; com borda grossa; formato cilíndrico; capacidade 200ml aproximadamente. Unidade de fornecimento: dúzia. Cód. SIGA: 39885.		25 Dúzias	123,48	3.087,00
20	Jarra de vidro transparente, altamente resistente com alça, capacidade 1,5 litros, tampa de plástico. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 34506.		50 Unidades	9,95	497,50
21	Garrafa térmica capacidade mínima 10 litros, com torneira, alça para transporte, armazenamento térmico de líquidos quentes ou frios. Garantia de 03 meses contra defeitos de		04 Unidades	84,45	337,80



	fabricação. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 16149.				
22	Porta guardanapo; material: aço inoxidável; tipo: vertical; cor: natural do material; dimensões (l x h x p): 12 x 6 x 2,5 cm. Unidade de fornecimento: peça. Cód. SIGA: 74711.		30 Peças	10,75	322,50
23	Açucareiro; material: aço inoxidável; cor: natural; capacidade: 250 g; modelo tampa: tampa acoplada; dimensão: altura de 12,5 x largura de 10 x profundidade de 10 cm; acessório: com colher; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 57119.		50 Unidades	42,80	2.140,00
24	Pote para mantimentos; boca: mínimo 10 cm de diâmetro; material do corpo: acrílico; cor do corpo: transparente; material da tampa: acrílico ou plástico; cor da tampa: branca; preta; vermelha ou transparente; sistema de fechamento da tampa: por pressão; capacidade: 900 ml a 1000 ml; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 85742.		32 Unidades	48,16	1.541,12
25	Rodo pia (acessório de cozinha); material estrutura: polipropileno; material régua/base: borracha simples; características adicionais: borracha de proteção antibacteriana (não embolora), cabo anatômico para melhor empunhadura e manuseio, evita a proliferação de bactérias e fungos, raspador de água e sabão; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 58317.		20 Unidades	2,52	50,40
26	Escorredor de louças; aplicação: para apoio em bancada; material: aço inoxidável; cor: natural do material; formato: cilíndrico; dimensão: máxima 45 x 45 x 31 cm (c x p x h); divisões: compartimentos independentes para pratos e talheres, com superfície plana para acomodar copos, xícaras e utensílios; capacidade: mínimo 10 pratos; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 85740.		12 Unidades	131,66	1.579,92
27	Escorredor de louças; aplicação: para apoio em bancada; material: aço		07 Unidades	139,90	979,30



	inoxidável; cor: natural do material; dimensão: aproximadamente 28 x 41 x 30 cm (c x p x h); divisões: compartimentos independentes para pratos e talheres; com superfície plana para acomodar copos; xicaras e utensílios; capacidade: mínimo 16 pratos; pés: com revestimento plástico/emborrachado; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 85741.				
28	Panela; tipo: frigideira; capacidade aproximada: 1L; dimensões aproximadas: 20 cm de diâmetro; material do corpo: aço inoxidável; características adicionais: fundo plano e triplo para utilização em fogão por indução; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74807.		01 Unidade	89,99	89,99
29	Panela; tipo: caçarola; capacidade aproximada: 3L; dimensões aproximadas: 20 cm de diâmetro; material do corpo: aço inoxidável; material da tampa: aço inoxidável; características adicionais: fundo plano e triplo para utilização em fogão por indução; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74809.		01 Unidade	131,80	131,80
30	Panela; tipo: caçarola; capacidade aproximada: 4L; dimensões aproximadas: 24 cm de diâmetro; material do corpo: aço inoxidável; material da tampa: aço inoxidável; características adicionais: fundo plano e triplo para utilização em fogão por indução; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74810.		01 Unidade	135,90	135,90
31	Panela; tipo: caçarola; capacidade aproximada: 7L; dimensões aproximadas: 24 cm de diâmetro; material do corpo: aço inoxidável; material da tampa: aço inoxidável; características adicionais: fundo plano e triplo para utilização em fogão por indução; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74811.		01 Unidade	183,13	183,13

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 02 - R\$22.385,14 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).



LOTE Nº 03 – AQUISIÇÃO DE ITENS GERAIS DE LIMPEZA:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO OU REFERÊNCIA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
32	Lixeira; formato: retangular; cor: preta; capacidade: 60 litros; material: 100% polipropileno rígido e resistente; levantamento da tampa: através de haste interna metálica resistente, acionada por pedal em polipropileno; dispositivo móvel: com dispositivo móvel de fixação de saco de lixo; bordos: arredondados; base de apoio: totalmente apoiada no chão; tipo da tampa: de superfície lisa facilitando a identificação com adesivos; medidas externas: aproximadamente 70 cm altura x 40 cm largura x 35 cm profundidade; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74754.		06 Unidades	150,00	900,00
33	Lixeira; formato: retangular; cor: preta; capacidade: 30 litros; material: 100% polipropileno rígido e resistente; levantamento da tampa: através de haste interna metálica resistente, acionada por pedal em polipropileno; dispositivo móvel: com dispositivo móvel de fixação de saco de lixo; bordos: arredondados; base de apoio: totalmente apoiada no chão; tipo da tampa: de superfície lisa facilitando a identificação com adesivos; medidas externas: aproximadamente 58 cm altura x 35 cm largura x 25 cm profundidade; unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74755.		13 Unidades	51,32	667,16
34	Lixeira; material: aço inox; modelo: aro superior removível com anel externo para saco de lixo; cor: natural do material; formato: cilíndrico; capacidade: 30 l; diâmetro: 30 cm; altura: 50 cm. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74756.		80 Unidades	164,95	13.196,00
35	Lixeira, capacidade de 12l, na cor preta, polipropileno, sem tampa, formato cilíndrico, 30x25 cm (altura x		650 Unidades	9,60	6.240,00



	diâmetro). As dimensões podem variar em até 5%. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 35514.				
36	Lixeira; material: aço inox; modelo: tampa basculante removível; cor: natural do material; formato: cilíndrico; capacidade: 12 l; diâmetro: 20 cm; altura: 31 cm. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74757.		130 Unidades	95,40	12.402,00
37	Lixeira; material do corpo: aço inox; modelo: tampa basculante removível; cor: natural do material; formato: cilíndrico; material da tampa: ABS; cor da tampa: verde; capacidade: 50 l; personalizada: inscrição da palavra "reciclável" no corpo da lixeira. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74758.		16 Unidades	212,00	3.392,00
38	Lixeira; material do corpo: aço inox; modelo: tampa basculante removível; cor: natural do material; formato: cilíndrico; material da tampa: ABS; cor da tampa: cinza (conforme resolução CONANA nº 275/01); capacidade: 50 l; personalizada: inscrição da palavra "não reciclável" no corpo da lixeira. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74759.		16 Unidades	233,20	3.731,20
39	Lixeira; material do corpo: aço inox; modelo: coletora de copos de água descartáveis; cor: natural do material; formato: cilíndrico; material da tampa: plástico; cor da tampa: preto; dimensões: 24 x 50 cm (d x h). Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 74760.		30 Unidades	117,70	3.531,00
40	Conjunto de 5 lixeiras para coleta seletiva de lixo, nas cores: amarelo para metais, verde para vidros, vermelho para plásticos, azul para papéis e marrom para lixo orgânico (comum), com tampa removível em vai e vem - cada lixeira deve ter capacidade para 50 litros e deve ser feita em plástico de alta resistência. O conjunto deve ser composto de cinco coletores mais um suporte de aço inoxidável, para ser acomodado em piso. Na face anterior dos coletores devem estar impressos os símbolos correspondentes a cada tipo de material, nas cores		02 Unidades	617,99	1.235,98



	respectivas. Unidade de fornecimento: unidade. Cód. SIGA: 45444.				
--	---	--	--	--	--

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 03 - R\$45.295,34 (quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Observações Gerais (todos os Lotes):

Havendo divergências entre as especificações dos itens definidas no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas.

Os materiais empregados na confecção dos itens deverão ter comprovada qualidade igual ou superior ao especificado.

As dimensões especificadas poderão variar em até 10% (dez por cento) para mais ou para menos, quando não determinado outro valor.

Quaisquer alterações que se façam necessárias para adequação das especificações de qualquer Licitante a este Projeto Básico, que não alterem a qualidade e a resistência dos materiais, função técnica e estética desejados, deverão ser submetidas a tempo para sua aceitação caso sejam julgadas pertinentes.

Os padrões especificados para o acabamento são referenciais, estando sua aceitação final condicionada à análise pela equipe responsável da SEFAZ.

REGRAS GERAIS (todos os Lotes)

1. PROPOSTA TÉCNICA E AMOSTRAS

1.1. A licitante arrematante deverá especificar nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem os produtos cotados. Além disso, deverá anexar, junto à proposta comercial, documentos contendo as correspondentes características técnicas, tais como folders, catálogos do fabricante e/ou páginas de internet impressas.

1.2. Caso a licitante arrematante, que restar juridicamente habilitada, não apresente informações e documentos suficientes para a análise dos produtos ofertados quanto à sua adequação ao especificado neste projeto básico, o pregoeiro poderá solicitar, sem ônus para a SEFAZ e sob pena de desclassificação, a apresentação de 01 (uma) amostra do produto ofertado.

1.3. Quando solicitada, a amostra deverá ser entregue devidamente identificada no prazo máximo e improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pela Comissão Permanente de Licitação da SEFAZ/ES.

1.4. Caso as amostras não sejam entregues, ocorra atraso na entrega, ou haja rejeição quanto às especificações previstas neste edital, a proposta da licitante será desclassificada, devendo ser convocada a próxima colocada e, assim, sucessivamente.



1.5. As amostras aprovadas permanecerão em poder da SEFAZ até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

1.6. As amostras serão devolvidas à licitante na forma em que se encontrarem após a comprovação de conformidade com o objeto entregue, sem responsabilidade para a SEFAZ.

1.7. Todas as exigências constantes neste item asseguram à Contratante maior isonomia na avaliação técnica das propostas das licitantes, além de oferecer objetivamente o entendimento correto do escopo de fornecimento dos produtos ofertados. A falta de transparência na apresentação de todas as documentações técnicas poderá acarretar na desclassificação da empresa no certame licitatório.

2. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

O material, objeto deste Edital, terá garantia de 03 (três) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

3. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

3.1. Os itens deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida por essa secretaria, em local a ser informado no referido documento, limitando-se às unidades da SEFAZ localizadas na Grande Vitória.

3.2. Os itens deverão ser entregues no local indicado pela SEFAZ, em dias úteis, no horário das 09:00 às 18:00 horas.

3.3. A entrega dos itens será acompanhada por servidor (es) indicado (s) pela CONTRATANTE que comprovará a quantidade e qualidade dos objetos fornecidos, considerando os parâmetros elencados neste Projeto Básico.

3.4. A CONTRATADA deverá efetuar a troca do (s) produto (s) que não atender (em) às especificações do objeto contratado no prazo de 10 (dez) corridos, a contar do recebimento da solicitação, arcando a contratada com o ônus decorrente e sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

3.5. A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento dos materiais, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste edital e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer produtos novos e sem uso, que não sejam resultado de recondicionamento ou remanufaturamento.

4.2. Retirar, transportar, substituir ou corrigir às suas expensas no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da notificação expedida pela SEFAZ, os itens que forem constatados em desacordo com as referidas especificações, com vícios, avarias e/ou defeitos ou incorreções.



4.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto.

4.4. Não isentar-se, após o recebimento dos itens pela SEFAZ, das responsabilidades quanto à qualidade dos produtos entregues.

4.5. Prestar todo e qualquer esclarecimento que lhe for solicitado pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

4.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEFAZ.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Designar formalmente servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhes atestar a entrega dos itens, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.

5.2. Tornar disponíveis os locais onde serão entregues os itens, permitindo o acesso dos funcionários da empresa contratada às suas dependências para a entrega dos itens referentes ao objeto, desde que devidamente identificados e “cadastrados”, conforme normas de acessibilidade da SEFAZ.

5.3. Prestar todas as informações e os esclarecimentos pertinentes solicitados pela CONTRATADA.

5.4. Comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto.

5.5. Fiscalizar a entrega do objeto, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços, no todo ou em parte, que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

5.6. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e à fiscalização da entrega dos itens, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.



ANEXO II

PREGÃO Nº 021/2014

PROPOSTA COMERCIAL

Empresa: _____(Nome da Empresa)_____

À: Secretaria de Estado da Fazenda.

PREGÃO Nº 021/2014 – Lote ____ - AQUISIÇÃO DE DISPENSADORES, UTENSÍLIOS DE COZINHA E ITENS GERAIS DE LIMPEZA.

Prezados Senhores:

Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento de materiais diversos, de acordo com todas as condições do PREGÃO Nº 021/2014 e seus anexos.

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição do Objeto, com indicação dos preços unitários de cada item e do preço global;
Anexo II - Exigências para Habilitação;

a) O prazo de validade de presente Proposta é de 60 dias corridos, a contar da data estabelecida neste edital.

b) Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem em única e total contraprestação pela execução do objeto contratual.

Sem mais para o momento, firmamo-nos,

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura



ANEXO III

PREGÃO Nº 021/2014

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante arrematante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de Regularidade com a Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que o licitante forneceu materiais, sem restrição, de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por Órgãos da Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão adquirente, compatível com o objeto desta licitação.



1.4 – DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99).

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

a) Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto nº 2.394-R de 12 de novembro de 2009 e demais normas complementares;

b) Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2;

c) Somente serão dispensados os documentos exigidos no Item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade;

d) Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória, salvante a hipótese prevista na Lei Complementar nº 123/2006;

e) o CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (Item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada;

f) Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

g) Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro Oficial verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

3.1 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;



b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.2 – Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº123/2006:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações; e

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

§2º. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.



ANEXO IV

PREGÃO Nº 021/2014

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



ANEXO V

PREGÃO Nº 021/2014

MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de Compra nº. ____/____

Ref.: Pregão nº ____/____

À Empresa
Endereço:

CNPJ	Telefone	Fax
------	----------	-----

Autorizamos V.S.^a a fornecer o material adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº. e à sua proposta de _____ - Processo nº.

I – DO OBJETO

Item Especificações

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

- Marca/referência: _____;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: ____ – _____; Elemento de Despesa _____ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de _____.

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

(local), ____ de _____ de _____.

Atenciosamente,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Órgão Licitante

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), __ de _____ de _____.

CONTRATADA